

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

Parecer Técnico GPROD N° 003/2014
Processo COPAM. 103/1981/057/2008

PARECER TÉCNICO



Empreendedor: CIA. Siderúrgica Nacional
Empreendimento: Mineração Casa de Pedra
Atividade: Mineração
CNPJ: 33.042.730/0013-48
Endereço: Casa de Pedra s/n.
Município: Congonhas - MG
Referência: Defesa de Auto de Infração N° 911/2007

DN:	Código	Classe	Porte
74/2004	A-02-04-6	6	G

1- Objetivo

O presente parecer foi elaborado para análise dos argumentos técnicos apresentados pelo empreendimento Cia. Siderúrgica Nacional - CSN em sua Defesa ao Auto de Infração N° 911/2007.

2 - Introdução

Embasa-se em informações constantes no Sistema Integrado de Informação Ambiental - SIAM, no Relatório Técnico nº 11/2012, elaborado pela Gerência de Resíduos Sólidos Industriais e da Mineração - GERIM e no Relatório de Vistoria nº 139/2013, elaborado pela Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada.

Autores: Alder Marcelo de Souza - MASP 1.178.141-6 Daniele Tonidandel Pereira Ribeiro - MASP 0557.349-0 Eloi Azalini Maximo - MASP10437739	Assinatura Data _____
De Acordo: Antônio Augusto Melo Malard - MASP 1.176.424-8 Gerente de Produção Sustentável	Assinatura Data 10, 04, 2014
Visto: Janaina França dos Anjos - MASP 1.301.588-8 Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento	Assinatura Data 11, 04, 2014



3 – Análise

Em 17/05/2007 foi lavrado, pelos servidores Josino Gomes Neto e Andreia Cristina Barroso Almeida, o Auto de Fiscalização 01779/2007, referente à vistoria nas barragens B4, B5, B6 e área 32 (pátio de embarque e filtragem). Na área 32 foi constatado que as baias de decantação e clarificação dos efluentes da unidade de flotação encontravam-se completamente assoreadas. Constatou-se ainda o lançamento, no Córrego Plataforma, dos efluentes das baias com elevadíssimo nível de sólidos em suspensão, bem como flocos de material particulado, vindo a causar poluição do curso d'água afluente do Rio Maranhão.

Com base nessa vistoria, em 18/05/2007, foi lavrado o Auto de Infração 00911/2007, com base no Decreto nº 44.309/2006; art. 86; inciso VI: "emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação ambiental e de recursos hídricos".

Em 18/06/2007 a CSN encaminhou defesa administrativa à FEAM, protocolo N.º 053517/2007, solicitando redução da multa recebida, baseando-se no Decreto nº 44.309/2006; art.69; inciso I - segundo atenuantes previstas: "a) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos, incluídas medidas de reparação ou de limitação da degradação causada, se realizadas de modo imediato, hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em até um terço;" e "e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução de multa de até um sexto;"

Além da defesa referente à autuação, o documento por ora citado, apresentava, ainda, o "PLANO DE AÇÃO – BAIAS ÁREA 32". Este plano propõe a construção de mais duas baias para otimização do processo e explica que as baias eram utilizadas para decantação dos sólidos, provenientes da planta de flotação. Após

Rubrica do(s) Autor(es)

Parecer Técnico GPROD nº 003/ 2014
Processo COPAM nº 103/1981/057/2008

o período de deposição e sedimentação o material é removido das baias através de pás carregadeiras e caminhões, com retorno ao processo.



Em resposta à defesa da CSN, foi elaborado parecer jurídico da FEAM em 13/09/2010, considerando que "não foram apresentados motivos para descaracterizar o Auto de Infração". No entanto, este mesmo parecer descreve que "entende que o valor da multa cominada à infração cometida pelo autuado deverá ser reduzido nos termos do Anexo I, do decreto 44844/2008, aplicável retroativamente, haja vista o disposto no artigo 96".

Em 28/07/2008, a empresa foi novamente autuada, conforme o Auto de Infração 017381/2008, por "lançar efluentes líquidos oriundos das bacias de sedimentação, no Córrego Plataforma, com elevado índice de turbidez e causando o assoreamento deste recurso hídrico". Cabe ressaltar que essa multa foi paga e o processo foi arquivado.

Em 04/12/2010, a autoridade do órgão ambiental competente, com base no Parecer Jurídico de 13/09/2010, julgou improcedente o pedido e decidiu manter a penalidade de multa aplicada, alterando, entretanto o seu valor, reduzido em um terço, passando para R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais).

Em 20/10/2011 a CSN encaminhou recurso administrativo, solicitando o cancelamento do Auto de Infração 00911/2007 e arquivamento do processo administrativo correspondente.

Dentro dos projetos desenvolvidos pela FEAM, o Programa de Gestão de Barragens atua no acompanhamento das ações com relação à implementação das recomendações apontadas pelas auditorias técnicas, além da análise das solicitações de descaracterização, desativação e descadastramento de estruturas no Banco de Declarações Ambientais – BDA.

Rubrica do(s) Autor(es)

Parecer Técnico GPROD nº 003/ 2014
Processo COPAM nº 103/1981/057/2008

Em maio de 2012 a CSN apresentou o estudo "Cadastros de Barragens Desativadas e Descaracterizadas", que consta, também, de um relatório fotográfico, mostrando o bom funcionamento do sistema das baias (2, 3 e 4), localizadas na Área 32, e desativação da Baia 5.

Nos dias 19 e 20/03/20013, em fiscalização realizada por técnicos da GERIM, visando avaliar o Relatório "Revisão do Cadastro de Barragens no BDA - Banco de Declarações Ambientais" foi constatada a necessidade de retirada do cadastro das estruturas mencionadas no referido documento por não se tratar de barragens, sendo descaracterizadas algumas destas estruturas e avaliada a comprovação da desativação de outras.

Na ocasião desta fiscalização, com relação às baias, diques e bacias de contenção de sedimentos, não foram identificados pontos que denotassem algum tipo de dano ambiental. Apenas foram sugeridas algumas medidas de controle como o desassoreamento dos reservatórios sempre que necessário, a implementação das recomendações propostas pelo auditor com o devido acompanhamento do programa de monitoramento, manutenção e operação e ainda, obediência ao cronograma estabelecido pela auditoria técnica de segurança de barragens.

4 - Conclusão

Diante do acima exposto, as alegações apresentadas pela empresa, sob o ponto de vista técnico, não descaracterizam a infração cometida. Portanto sugere-se a manutenção da penalidade, em virtude do dano causado conforme Auto de Infração nº 00911/2007 e reincidência, conforme o Auto de Infração nº 017381/2008 de 28/07/2008, apesar das recentes constatações de bom funcionamento das baias e, que o sistema, além de eficiente, é usualmente aplicado nas atividades de mineração.

[Assinaturas]



ESTADO DE MINAS GERAIS
Sistema Estadual de Meio Ambiente - SISEM
Fundação Estadual do Meio Ambiente
Procuradoria da FEAM



PROCESSO Nº 103/1981/057/2008
AUTO DE INFRAÇÃO Nº F911/2007
RECORRENTE: CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL / MINERAÇÃO CASA DE PEDRA
OBJETIVO: Recurso de penalidade aplicada

PARECER JURÍDICO

RELATÓRIO

O empreendimento em epígrafe foi autuado como incurso no inciso VI do artigo 86, do Decreto nº 44.309/06, pela seguinte irregularidade:

"Na área 32 do empreendimento, constatou-se que as baias de decantação e clarificação dos efluentes da unidade de flotação encontravam-se completamente assoreadas. Verificou-se que o efluente das baias lançado no Córrego da Plataforma apresentava elevadíssimo nível de turbidez e sólidos suspensos, bem como flocos de material particulado, vindo a causar poluição do curso d'água afluente do Rio Maranhão."

No Auto de Infração foi imposta a penalidade de multa, no valor de R\$30.001,00 (trinta mil e um reais), nos termos do artigo 61, inciso I, alínea "d", do Decreto nº 44.309/06, por se tratar de **infração de natureza grave, cometida por empreendimento de grande porte.**

Após regular notificação do autuado, a defesa foi apresentada, e devidamente analisada pelo Parecer Jurídico de fls. 42/43. O processo foi julgado pelo Presidente da FEAM (fl.44), que decidiu pela manutenção da penalidade descrita no art.86, inciso VI, do Decreto nº 44.309/06, alterando-se o seu valor de R\$30.001 para R\$20.001,00, nos termos do art. 96 do Decreto 44.844/08, por ser mais benéfico ao autuado.

O autuado foi devidamente notificado da decisão e apresentou Recurso no prazo legal, alegando, em síntese que:

- o tipo infracional no qual foi enquadrada a empresa não mais subsiste, tendo sido excluído da redação final do Decreto 44.844/2008;
- não se pode punir um agente por conduta que não mais é considerada, por si só, infração administrativa, sob pena de incorrer-se em um sistema injusto e arbitrário;
- não houve fundamentos para a homologação do AI nº 911/2007, vez que a decisão que indeferiu a defesa, tomou por base o parecer jurídico da FEAM;
- a empresa realizou medidas efetivas na correção das irregularidades constatadas pela fiscalização, não existindo mais as falhas detectadas em



2007, enquadrando-se a empresa nas hipóteses previstas nas alíneas 'a' e 'e' do artigo 69, I, do Decreto nº 44.309/2006;

- por fim, requer seja cancelado o AI nº 911/2007 e arquivado o processo administrativo, tendo em vista a superveniência de norma mais benéfica que extingue a punibilidade pela conduta descrita no art. 86, VI, do Decreto nº 44.309/2006;

- caso contrário, sejam aplicadas as atenuantes previstas nas alíneas 'a' e 'e' do inciso I, art. 69, do Decreto nº 44.309/2006.

ANÁLISE JURÍDICA

Da aplicabilidade da norma vigente / Não Retroatividade da lei nova / Princípio *tempus regit actum*

Sustenta o autuado que o tipo infracional no qual foi enquadrada a empresa não mais subsiste, tendo sido excluído da redação do Decreto 44.844/2008, de modo que não se pode punir um agente por conduta que não mais é considerada infração administrativa.

Todavia o princípio "*tempus regit actum*"¹, amplamente difundido em nosso sistema processual, informa que o fato ou ato a ser apreciado, deve ser analisado juridicamente segundo a norma vigente ao tempo em que aconteceu. Portanto, se a norma vigente ao tempo do fato o tipifica como infração, é assim que deve ser considerado, mesmo que outra lei posterior o descaracterize.

A exceção feita a essa regra, ocorre no Direito Penal, para o qual a norma posterior mais benéfica retroage em favor do agente, norma excepcionalíssima, aplica-se exclusivamente a esse ramo do direito criminal, por força da Constituição, art. 5º, XL.

Portanto, o fato que se caracteriza como infração é inalterável após sua consumação. Se a norma vigente à época do fato o considera como infração, esse fato é permanentemente uma infração.

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, art. 6º, após afirmar que "a lei em vigor terá efeito imediato", isto é, não retroage, consigna em seu § 1º o conceito de ato jurídico perfeito:

Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

Quando a lei nova atinge um processo em andamento, nenhum efeito tem sobre os fatos ou atos ocorridos sob a égide da lei revogada. Atinge, sim, o procedimento, tão somente para lhe dirigir o andamento. Assim, como ocorre com a aplicação do artigo 96 do Decreto nº 44.844/08 que altera o valor da multa.

¹ Advocacia Geral do Estado, Parecer nº 14.482 de 31 de março de 2005



Nesse sentido o processo administrativo para apuração de irregularidade contra o meio ambiente, iniciado com o auto de infração, poderá ser considerado uma atividade administrativa que se aperfeiçoa a cada passo, até que findo e formalizado o processo em consonância com as normas de seu tempo.

Já ocorrido o fato tipificado como infrator da legislação, a classificação da infração não pode ser alterada por norma posterior que desconsidere o fato constitutivo do tipo.

O processo administrativo julga fato já consumado e a descaracterização do fato como infração, após a lavratura do auto, não impede a continuidade do procedimento. A norma nova não tem eficácia retroativa.

O julgamento do fato já consumado e tipificado conforme a lei vigente a seu tempo não pode ser influenciado pela lei nova, já que essa não possui eficácia retroativa para modificar a classificação do fato. Lavrado o auto de infração, a publicação do Decreto nº 44.844/08 não altera a consideração da infração consumada e classificada na vigência da norma anterior.

Outrossim não há que se falar, como pretende o Autor, em cancelamento do auto de infração pela extinção da punibilidade no tocante à conduta descrita no tipo infracional previsto no art. 86, inciso VI do antigo Decreto nº 44.309/2006, concedendo-lhe eventual anistia, uma vez que a retroatividade da norma tem de ser expressa, como preceitua o artigo 6º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A respeito da aplicabilidade da norma vigente ao tempo do fato e irretroatividade da lei nova, citem-se os seguintes julgados do Tribunal de Justiça Mineiro:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA AMBIENTAL. AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO COM BASE EM ATO NORMATIVO PARCIALMENTE REVOGADO POSTERIORMENTE. TEMPUS REGIT ACTUM. EMPREENDIMENTO QUE EXIGE LICENCIAMENTO AMBIENTAL. ALTERAÇÃO OU DISPENSA DE REQUISITOS POR ATO NORMATIVO POSTERIOR. IRRELEVÂNCIA. REQUISITOS FORMAIS DO AUTO. PRESENÇA. VALIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Irrelevante o fato de após a lavratura do auto de infração parte da legislação que o embasou tenha sido revogada, porquanto, pelo princípio tempus regit actum, deve o ato ser embasado no diploma legislativo vigente à data do fato.

3. Não há falar em nulidade do auto de infração que contém todos os elementos necessários à identificação e tipificação da conduta perpetrada pela apelante, bem como referência ao local da infração e a data da ocorrência.

4. Não tendo a apelante se desincumbido do ônus que lhe competia a fim de desconstituir o auto de infração e, por consequência, o título que instrui a execução (artigo 333, II, do CPC), a manutenção da sentença objurgada, que julgou improcedentes os embargos, é

medida que se impõe. (Apelação Cível nº 1.0377.11.000432-4/001, Rel. Des. Bitencourt Marcondes, julg. 30.01.14, publ. 10.02.14)



EMENTA: EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF) - MULTA AMBIENTAL - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - RETROATIVIDADE BENIGNA - APLICABILIDADE. V.V. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. MULTA AMBIENTAL. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM. - Em se tratando de infração administrativa ambiental, a lei aplicável é a vigente no momento da prática do ato, em face do princípio do tempus regit actum.

(Apelação Cível nº 1.0628.09.015244-6/001, Rel. Des. Audebert Delage, julg. 29.11.12, publ. 04.12.12)

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF - NULIDADE DAS CDA'S - INOCORRÊNCIA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - IRRETROATIVIDADE DA LEI ESTADUAL N. 14.309, DE 2002.

Quando a situação jurídica já se encontra consumada sob a égide da lei antiga, não se aplica a retroatividade da lei nova, sob pena de atentar contra a segurança jurídica das relações.

(Apelação Cível 1.0671.07.001584-5/001, Rel. Des. Silas Vieira, julg. 30.10.08, publ. 22.01.09)

Da correta lavratura do Auto de Infração nº 911/2007 e da regular tramitação do processo administrativo nº 103/1981/057/2008

Em 17/05/2007 foi lavrado o Auto de Fiscalização nº 01779/2007, referente à vistoria nas barragens B4, B5, B6 e área 32 (pátio de embarque e filtragem). Na área 32 foi constatado que as baias de decantação e clarificação dos efluentes da unidade de flotação encontravam-se completamente assoreadas. Constatou-se ainda o lançamento, no Córrego Plataforma, dos efluentes das baias com elevadíssimo nível de sólidos em suspensão, bem como flocos de material particulado, vindo a causar poluição do curso d'água afluente do Rio Maranhão.

Com base nessa vistoria, em 18/05/2007 foi lavrado o Atuo de Infração 911/2007, com base no Decreto nº 44.309/2006, art. 86, inciso VI: "emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação ambiental e de recursos hídricos."

Após regular notificação do autuado e apresentação da defesa, a autoridade competente julgou improcedente o pedido e decidiu manter a penalidade aplicada, reduzindo-se o seu valor para R\$20.001,00 (vinte mil e um reais).

Insurge o autuado contra a decisão administrativa sob a alegação de que o julgador não cuidou de fundamentar as razões que levaram a decidir pela manutenção do Auto. Contudo, a decisão da Presidência fundamentou-se nas alegações e documentos acostados nos autos do processo, bem como na análise jurídica, de modo que a infração imputada à empresa foi, pois, devidamente apurada no Processo Administrativo nº 103/1981/057/2008.



Além o autuado que a empresa realizou medidas efetivas na correção das irregularidades constatadas pela fiscalização, não existindo mais as falhas detectadas em 2007, fazendo jus à aplicação das atenuantes previstas nas alíneas 'a' e 'e' do artigo 69, I, do Decreto nº 44.309/2006:

Art. 69. Sobre o valor-base da multa serão aplicadas circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme o que se segue:

I - atenuantes:

a) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos, incluídas medidas de reparação ou de limitação da degradação causada, se realizadas de modo imediato, hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em até um terço;

e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até um sexto;

A esse respeito registra-se que o Auto de Infração nº F911/2007 atendeu a todos os requisitos de validade do auto previstos no artigo 32 do Decreto nº 44390/2006. Se do Auto de Infração não constam as circunstâncias atenuantes previstas no artigo 69, I, do Decreto nº 44.309/06 é porque não foram constatadas pelo agente autuante quando da fiscalização que originou o Auto de Fiscalização nº 01779/2207 nem quando da lavratura do Auto de Infração e, nessa oportunidade, não é possível que se conclua pela pertinência da incidência das atenuantes, ante a ausência de comprovação dos fatos que a autorizariam.

Corroborando com a inexistência das atenuantes pretendidas pelo autuado, importa ressaltar que a empresa em 28/07/2008, foi novamente autuada pela mesma irregularidade, conforme o Auto de Infração nº 17381/2008, por 'lançar efluentes líquidos oriundos das bacias de sedimentação, no Córrego Plataforma, com elevado índice de turbidez e causando o assoreamento deste recurso hídrico'. O que demonstra a não efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos.

Quanto ao valor da multa imposta, registra-se que em consonância com a legislação à época em vigor, foi aplicada ao autuado multa simples, pelo cometimento da infração de natureza grave, capitulada art. 86, inciso VI, do Decreto nº 44.309/06, *in verbis*:



Art. 86. São consideradas infrações graves:

VI - emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação ambiental e de recursos hídricos

Considerando que o autuado era de **grande porte**, o valor correto da multa era de R\$30.001,00 (trinta mil e um reais), nos termos do artigo 61, inciso I, d, do Decreto 44.309/06, por se tratar de **infração de natureza grave**:

Art. 61. O valor da multa simples aplicada por infração às normas previstas na Lei nº 7.772, de 1980, e na Lei nº 13.199, de 1999, será de no mínimo, R\$50,00 (cinquenta reais) e, no máximo, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), podendo atingir o valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), no caso previsto no art. 65, observados os seguintes critérios

I - infrações graves:

d) cometidas por empreendimentos ou atividades de grande porte: R\$30.001,00 (trinta mil e um reais) a R\$100.000,00 (cem mil reais);

Em cumprimento ao disposto no art. 96, do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa cominada à infração cometida pelo autuado foi reduzido para R\$20.001,00 (vinte mil e um reais), por ser mais benéfica ao autuado e por se tratar de retroatividade expressa no Decreto nº 44.844/08.

Desta forma, entende esta Procuradoria que a multa prevista no art. 86, inciso VI, do Decreto nº 44.309/06, deve ser mantida diante da configuração da infração administrativa, qual seja, "emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação ambiental e de recursos hídricos".

CONCLUSÃO

Analisando o exposto, remetemos os autos à Câmara Normativa Recursal do COPAM sugerimos que seja **julgado improcedente o Recurso**, mantendo a penalidade de multa no valor de R\$20.001,00 (vinte mil e um reais) nos termos do artigo 86, inciso VI e 61, inciso I, alínea "d", do Decreto nº 44.309/06 c/c art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2016


Fernanda Alcântara Ribeiro
Analista Ambiental da Procuradoria da FEAM
OAB/MG 103756- MASP 1223853-1